

# CNPE aprova criação do RenovaBio

O programa vai ampliar a produção de biocombustíveis no País e seu texto de criação foi enviado para a Casa Civil

Segundo maior produtor mundial de etanol e biodiesel em volume, o Brasil concluiu uma etapa considerada fundamental para estimular o mercado de combustíveis renováveis. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou as diretrizes estratégicas do RenovaBio, um programa que pretende ampliar a produção de biocombustíveis no País. A proposta, acatada ontem, já seguiu para a Casa Civil, onde será transformada em projeto de lei ou medida provisória a ser encaminhada para o Congresso.

O Conselho também instituiu um grupo de trabalho para avaliar e elaborar propostas de revisões normativas necessárias para implementação do programa. Foram criados os Comitês de Monitoramento de Abastecimento de Etanol e de Biodiesel para acompanhar o mercado dos biocombustíveis. Com o

RenovaBio, o Governo espera mais que dobrar a produção de etanol até 2030, passando de 20 bilhões de litros para 50 bilhões de litros por safra. A maior participação dos combustíveis limpos na matriz energética nacional se insere nas metas de redução de emissões de carbono para combater o aquecimento global. Esse compromisso foi assumido pelo Brasil no Acordo do Clima de Paris, em 2015. Entre as diretrizes aprovadas, o RenovaBio prevê melhores regras de comercialização, precificação, estocagem e fiscalização.

“O RenovaBio visa a indução de ganhos de eficiência energética na produção e no uso de biocombustíveis, além do reconhecimento da capacidade de cada biocombustível em contribuir para atingir metas de descarbonização”, explicou o membro do CNPE, Plínio Nastari, por nota. Ele lembrou ainda que as atenções estão voltadas para a produção de biocombustíveis em todo o mundo e que o Brasil tem um grande potencial na produção também de outros energéticos além do etanol, como o biogás, o biometano e o bioquerosene.

A sistemática proposta pelo RenovaBio incentivará ganhos de

HELPE RIBEIRO/AGÊNCIA FOLHA



Na avaliação do Governo, a produção nacional de etanol deve mais que dobrar até 2030

ANDERSON STEVENS

maior eficiência energética, criando tabelas de bônus nos preços de acordo com a capacidade ambiental de cada combustível. Além dos benefícios ao meio ambiente, o estímulo à produção de biocombustíveis, como o etanol, também está relacionado à geração de empregos e renda, diz o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool (Sindacúcar-PE), Renato Cunha. “O setor sucroenergético é intensivo em mão de obra. Esse é um primeiro passo para dar mais previsibilidade ao segmento e, assim, atrair investidores”, avaliou. Para ele, o Brasil precisa cuidar da sua matriz energética de combustíveis. “Sem previsibilidade não há como atrair investimentos e as importações desnecessárias não geram emprego, transferem reservas cambiais e não fomentam o mercado interno”, apontou.



Para Renato Cunha, geração de empregos é um dos benefícios

## Bacia PE-PB vai entrar na licitação

Além de aprovar as diretrizes do RenovaBio, o CNPE definiu políticas de refino, exploração e produção de petróleo. No encontro, presidido pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e com participação do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, ficou decidida a inclusão de novas áreas nas rodadas de licitação de blocos para petróleo e gás natural no próximo ano, como forma de aumentar a competitividade das licitações. As bacias de Pernambuco-Paraíba e de Sergipe-Alagoas foram incluídas na 15ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios, que deve acontecer em maio de 2018,

sob o regime de concessão.

A concessão para exploração de petróleo na Bacia Pernambuco-Paraíba já fez parte de uma rodada de licitações da Petrobras, em 2007. Porém, até o momento o consórcio vencedor de duas áreas da bacia, Petrobras-Galp, não iniciou a exploração dos poços. Alegando dificuldades na liberação do licenciamento ambiental, o consórcio já conseguiu a prorrogação do prazo determinado pela Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP) para o início da operação três vezes. O último prazo concedido foi até 2020.

O CNPE também aprovou a política para a reestruturação do mer-

cado de refino e derivados de petróleo pelo programa Combustível Brasil, além da criação de um Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB). Na reunião também foi debatida a possibilidade de antecipação para março de 2018 da obrigatoriedade de acréscimo de 10% de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, o chamado B10. A previsão é que o percentual, atualmente em 8% (B8), seja elevado para 9% e 10%, respectivamente, a partir de 1º de março de 2018 e 1º de março de 2019.



PETROBRAS

Novas áreas de exploração de petróleo serão ofertadas